

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE 06 SALAS DE AULA, PADRÃO FNDE, LOCALIZADA NA VILA MAMORANA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE GARRAÃO DO NORTE, PARÁ.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
PREFEITURA MUNICIPAL / SETOR DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO	BRENO DOS SANTOS NOGUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL / SETOR DE LICITAÇÃO	

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o Termo de Referência, Anteprojeto ou Projeto Básico, conforme previsto no inciso XX, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A estrutura deste documento baseia-se nas regras dispostas nos §§ 1º e 2º, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021.

NÍVEL DE PROJETO	<input type="checkbox"/> Anteprojeto	<input type="checkbox"/> Proj. Básico	<input checked="" type="checkbox"/> Proj. Executivo
------------------	--------------------------------------	---------------------------------------	---

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir o Direito Constitucional à Educação: O acesso à educação é um direito fundamental de toda criança e adolescente, independentemente de onde moram. A escola na zona rural materializa esse direito, garantindo que os alunos não sejam privados de aprender por causa da distância ou da dificuldade de acesso.. ➤ Desenvolver a comunidade e fixar o jovem no campo: A educação não é só para formar pessoas que vão deixar o campo. É para formar cidadãos que possam melhorar a vida no campo. Um ensino de qualidade, com acesso a técnicas agrícolas sustentáveis, gestão rural e empreendedorismo, capacita os jovens a enxergarem oportunidades em suas próprias terras, reduzindo o êxodo rural.
---	---

	<p>➤ Integrar Escola e Comunidade: A escola rural funciona como um centro comunitário. Ela se torna um espaço de reuniões, festas, decisões coletivas e acesso a programas sociais, fortalecendo os laços entre os moradores e criando um ambiente de apoio mútuo. A construção de uma escola na zona rural é, portanto, uma estratégia de equidade. É reconhecer que a igualdade de oportunidades só existe quando se oferecem soluções diferentes para necessidades diferentes. Não é um gasto, mas um investimento no ser humano, na economia local, na preservação da cultura e no desenvolvimento sustentável do país como um todo. É levar dignidade, cidadania e futuro para onde a vida é mais desafiadora.</p>		
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bens	<input checked="" type="checkbox"/> Obra	<input type="checkbox"/> Serviço Especial de Serviço Engenharia
QUAL O TIPO DE OBRA?	<input type="checkbox"/> Reforma		<input type="checkbox"/> Ampliação <input checked="" type="checkbox"/> Construção
3. PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)			
<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não	
<p>Justificativa:</p> <p>A presente contratação não está prevista na PCA.</p>			
4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO			
<p>Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020, assim como inciso III do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).</p> <p>Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.</p> <p>A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n.º 14.133/2021;</p> <ul style="list-style-type: none"> Requisitos técnicos da contratação 			

- Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento.
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para Conclusão da Construção da Escola de 06 Salas de Aula, Padrão FNDE, localizada na Vila Mamorana, Zona Rural do Município de Garrafão do Norte. A obra terá serviços em estrutura de concreto armado, alvenaria de vedação, cobertura em telha cerâmica, instalações elétricas, hidrossanitárias, hidráulicas, revestimento em ladrilhos cerâmicos, piso em granitina e diversos, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;
- Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

• **Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratação**

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Contrato nº:	001/2015.001	
		Prazo final:	25/04/2021.	
	<input type="checkbox"/> Não.			
QUAL A PREVISÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO?	<input type="checkbox"/> 6 meses	<input type="checkbox"/> 24 meses	<input type="checkbox"/> outro	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses	<input type="checkbox"/> 36 meses		<input type="checkbox"/> 3 meses
	<input type="checkbox"/> 18 meses	<input type="checkbox"/> 48 meses		
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	ITEM	DESCRIÇÃO		
	1	Mão de obra local: Priorizar a contratação de mão de obra local, com intuito de fortalecer a economia do município.		
	2	Planejamento Sustentável: Realizar uma análise de ciclo de vida para avaliar o impacto ambiental ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, desde a extração de materiais até a demolição.		
	3	Coleta seletiva: Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.		
	4	Redução do Consumo de Água: Estabelecer procedimentos para evitar o desperdício do consumo de água.		
	5	Seleção de Materiais Sustentáveis: Utilizar materiais de construção sustentáveis, como madeira certificada, concreto de baixo impacto ambiental e produtos reciclados.		
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade dos Materiais: Utilização de materiais de construção adequados e de perfeita qualidade. 				

- **Práticas Construtivas:** Adoção de inovações construtivas e boas práticas de construção.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido, após terem sido levantamentos os serviços detalhados e as quantidades dos mesmos, através da elaboração dos projetos técnicos, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, da seguinte forma:

6.1 da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA”

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de

licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam se objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n.227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de serviços de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações para esse tipo de empreendimento, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia..

6.2 Da complexidade técnica “ OBRA COMUM DE ENGENHARIA”

O objeto desta Concorrência, a Contratação de Empresa de Engenharia para Conclusão da Construção da Escola de 06 Salas de Aula, Padrão FNDE, localizada na Vila Mamorana, Zona Rural do Município de Garrafão do Norte – PA, tem a natureza de obras de engenharia e se enquadram em obras comuns de engenharia conforme alínea “a” do inciso XXI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Levando-se em conta os aspectos construtivos do Projeto de Engenharia para Conclusão da Construção da Escola de 06 Salas de Aula, Padrão FNDE, localizada na Vila Mamorana, na Zona Rural do Município de Garrafão do Norte, tais serviços em: estrutura de concreto armado, de alvenaria de vedação, cobertura laje pré-moldada e em telha cerâmica, instalações elétricas, hidrossanitárias, hidráulicas, revestimento em ladrilhos cerâmicos, piso em granitina e diversos), vislumbra-se sua caracterização como Obra Comum de Engenharia visto que:

- I. Os serviços a serem executados apresentam baixo grau de complexidade técnica
- II. São executados corriqueiramente pela administração;
- III. Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura são frequentemente empregados;
- IV. Os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas usuais (entre estas, destaca-se as elaboradas pelo DNIT);
- V. Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

6.3 Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento o seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;

- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto Padrão do FNDE para construção de escolas de 06 salas de aula, e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Também poderá ser utilizado a base de dados NOVO SICRO – Sistema de Custos Rodoviários (DNIT) para compor precificação do objeto.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A contratação destina-se a Conclusão da Escola de 06 Salas de Aula, Padrão FNDE, localizada na Vila Mamorana, Zona Rural do Município de Garrafão do Norte - PA, com elementos que deverão ser definidos no Projeto Padrão do FNDE que deverão prever, inicialmente, os seguintes serviços:

❖ **Serviços:**

- **SERVIÇOS PRELIMINARES;**
- **MOVIMENTO DE TERRAS;**
- **INFRA-ESTRUTURA: FUNDAÇÕES;**
- **SUPERESTRUTURA;**
- **INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS;**
- **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (380/220V);**
- **PAREDES E PAÍNES;**
- **ESQUADRIAS;**
- **COBERTURA;**
- **REVESTIMENTO;**
- **PAVIMENTAÇÃO;**
- **SOLEIRAS E RODAPÉS;**
- **PINTURAS;**
- **ELEMENTOS DECORATIVOS E OUTROS**
- **INSTALAÇÕES REDE LÓGICA**
- **PORTAL DE ACESSO**
- **LIMPEZA DA OBRA**

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico e Termo de Referência.

O QUE SERÁ CONTRATADO?	EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE 06 SALAS DE AULA, PADRÃO FNDE, LOCALIZADA NA VILA MAMORANA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE GARRAÇÃO DO NORTE, PARÁ.	
COMO SERÁ CONTRATADO?	QUAL O TIPO DE CONTRATAÇÃO?	QUAL O FORMATO DE LICITAÇÃO?

	MENOR PREÇO GLOBAL	CONCORRÊNCIA
9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO		
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
	<p>Justificativa:</p> <p>O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.</p> <p>Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.</p> <p>Assim, para execução de obras de construção desse porte, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços.</p> <p>Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.</p> <p>Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.</p>	
10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES		
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES ?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
	<p>Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).</p>	

	Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.	
11. RESULTADOS PRETENDIDOS		
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo	<input type="checkbox"/> Redução dos custos
	<input type="checkbox"/> Redução dos riscos de trabalho	<input type="checkbox"/> Aproveitamento dos Recursos Humanos
	<input type="checkbox"/> Serviço / Bem de Consumo	<input type="checkbox"/> Ganho de eficiência
	<input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política pública	<input type="checkbox"/> Outros
<p>A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Projeto Padrão do FNDE.</p> <p>A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de conclusão da Escola, de acordo com o Projeto Padrão fornecido, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior do que será definido em projeto.</p>		
12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO		
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
	<p>Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art.7º, inciso XI da IN 40/2020).</p> <p>Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21); • Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados; • Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e 	

	<p>dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21); • Aprovação do Projeto; • Elaboração do Edital de Licitação; • Entre outros. <p>Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:</p> <p>a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Padrão e seus anexos, acerca da execução do objeto.</p> <p>b) Quanto a realização do contrato, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.</p> <p>c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.</p> <p>d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.</p> <p>No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:</p> <p>a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.</p> <p>b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.</p> <p>c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.</p>	
<p>13. IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</p>		
<p>HÁ PREVISÃO DE</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p>	<p><input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas</p>	

<p>IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</p>	<p>mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)</p> <p>O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade; b) O emprego apurado dos recursos públicos; c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais; d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta; e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos. f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT. <p>No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.</p> <p>Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a</p>
---	--

	<p>produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.</p> <p>Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.</p> <p>Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.</p>	
14. CONCLUSÃO		
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMIC A E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
	<p>Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a contratação da solução ora descrita, ou seja, Contratação de Empresa de Engenharia para Conclusão da Construção da Escola de 06 Salas de Aula, Padrão FNDE, Localizada na Vila Mamorana, Zona Rural de Garrafão do Norte, Pará, mostra-se tecnicamente possível e fundamentalmente viável.</p> <p>Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida.</p>	

Garrafão do Norte –PA, 19 fevereiro de 2026.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

BRENO DOS SANTOS NOGUEIRA

ENGº CIVIL - CREA-PA Nº 152096057-3